

QUESTIONANDO PERSPECTIVAS HEGEMÔNICAS COM AS AÇÕES EDUCATIVAS DA EXPOSIÇÃO “A TERRA FALA: HISTÓRIAS E NARRATIVAS INDÍGENAS PARA UM MUNDO EM CRISE”

JEFFERSON FOSTER DA SILVA¹; MARIA EDUARDA FERREIRA SANTANA²;
RAFAEL GUEDES MILHEIRA³

¹Universidade Federal de Pelotas – foster.dasilva@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – ms.mariaeduardaferreira@gmail.com

³ Universidade Federal de Pelotas – milheiraraafael@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Meu nome é Jefferson, sou indígena do povo Charrúa, da *Opatimar* (grande família/clã) *Mar Tanú Sepé*, e graduando em Arqueologia pela Universidade Federal de Pelotas. Neste texto, apresentarei algumas das ações educativas da exposição “A terra fala: histórias e narrativas indígenas para um mundo em crise”, atualmente em exibição no Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter. Além disso, compartilharei dados, críticas e reflexões pertinentes.

Segundo Paulo Freire (1989, p. 9), “...a leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Nesse sentido, a Arqueologia, uma ciência histórica que tem por objeto de estudo primário a materialidade das relações sociais, oferece meios únicos para “ler” e interpretar o “mundo” do investigador e, numa dimensão dialética, também a dos investigados, sociedades do passado e do presente (FUNARI, 2010). No que se refere ao seu potencial pedagógico, esta ciência não apenas amplia nossa compreensão da diversidade cultural e das transformações históricas, mas também contribui para formar cidadãos críticos, conscientes do seu patrimônio e da história coletiva (FUNARI; FUNARI, 2006).

Nas últimas décadas, a relação entre arqueologia e educação tem se intensificado no Brasil, especialmente no contexto dos museus (FERREIRA; RIBEIRO; SALLÉS, 2015). Neste sentido, apesar da sua ascendência colonialista, os museus vêm se destacando cada vez mais como espaços privilegiados para a educação patrimonial. Do mesmo modo, muitas exposições que abordam temas associados aos povos indígenas e afro-brasileiros, por exemplo, permitem que as comunidades reivindiquem suas histórias e ofereçam ao público geral o acesso a narrativas comumente marginalizadas nos discursos oficiais (FREIRE, 2016).

Com isso em mente, concebemos a maior e mais extensa exposição de Arqueologia Indígena vinculada ao LEPAARQ/UFPEL.

Nossa exposição foi viabilizada por meio de apoios e parcerias, além de uma série de pesquisas aprofundadas que possibilitaram a comunicação e integração de conhecimentos arqueológicos, etnohistóricos, etnológicos e tradicionais. Nosso objetivo foi explorar, de maneira crítica, as relações entre o passado indígena — em suas dimensões arqueológicas, etnohistóricas e “míticas” — e o presente, no qual os povos originários enfrentam impactos severos em seus corpos, línguas, modos de viver e conceber o mundo, como resultado de ações e comportamentos historicamente vinculados à presença e influência ocidental. Assim, por meio da associação entre acervos arqueológicos, biológicos e produções visuais e textuais, convidamos o público a “desnaturalizar” e “descolonizar” suas perspectivas em relação aos legados milenares dos povos indígenas, que, infelizmente, estão sendo sistematicamente destruídos nos 524 anos decorridos após a colonização.

Devido à estrutura física do Museu Carlos Ritter, a exposição foi dividida em dois módulos complementares. No primeiro, apresentamos conhecimentos

arqueológicos e etnohistóricos sobre o passado indígena no Sul do Brasil. Mostramos artefatos e as trajetórias das populações paleoindígenas, dos povos dos sambaquis, e dos ancestrais mais recentes dos povos Charrúa e Guenoa/Minuano, Mbyá e Chiripá-Guarani, Kaingang e Laklaño/Xokleng (Jê Meridionais).

No segundo módulo, oferecemos um “mergulho” nas histórias e perspectivas dos descendentes vivos das populações indígenas contempladas no primeiro módulo. Utilizando conhecimentos etnográficos, etnológicos e tradicionais, destacamos as particularidades e convergências entre os diferentes modos indígenas de viver e entender o mundo, com ênfase nas relações com a “terra” e a “natureza”. Também contrastamos as trajetórias nativas com as ocidentais, revelando as contribuições desiguais que forneceram na construção das crises ambientais, climáticas e humanitárias vivenciadas na contemporaneidade.

Para tanto, contamos com mediadores voluntários e fixos para guiar os visitantes pelos módulos, sanar dúvidas e coletar feedback. Para avaliar a recepção da exposição, utilizamos QR Codes que direcionavam os visitantes a um formulário digital para coleta de dados sobre satisfação e sugestões. Também elaboramos formulários específicos para escolas, com o intuito de medir o impacto social da exposição. Além disso, conduzimos entrevistas etnográficas com mediadores e visitantes, complementando essa avaliação.

Até o momento, recebemos pessoas com idades entre 5 e 70 anos, o que fez com que nossas mediações fossem tanto desafiadoras quanto ricas e gratificantes. Por questões de acessibilidade, além dos conteúdos em vídeo, criamos uma “caixa sensorial” com artefatos arqueológicos para manuseio. Ademais, organizamos eventos paralelos, incluindo uma mesa redonda com professores do Departamento de Arqueologia, e estamos planejando novos eventos com a participação de representantes indígenas.

Nas próximas páginas, focarei nas ações educativas e nas experiências do segundo módulo, planejado como um espaço “reflexivo”. Nele, buscamos desconstruir narrativas coloniais ainda presentes nas ciências e na própria educação formal (LANDER, 2005), valorizar múltiplas culturas, combater a exclusão indígena, sensibilizar o público para a diversidade cultural e, ao mesmo tempo, subverter a ideia de “progresso ocidental”, promovendo uma reflexão profunda sobre os legados indígenas e como seus saberes tradicionais podem contribuir para soluções sustentáveis frente às crises ambientais atuais.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

Como mencionado anteriormente, o Módulo II enfatizou as diferenças entre as vivências e as visões de mundo dos indígenas e dos ocidentais. Para isso, nosso foco foi abordar as concepções nativas sobre a “terra” e a “natureza”, contrastando, principalmente, os impactos ambientais destas perspectivas comparativamente aos da sociedade nacional.

Em termos de recursos educativos e expositivos, utilizamos banners e expositores com materiais arqueológicos associados aos povos Charrúa, Mbyá e Chiripá (Guarani) e Kaingang e Laklaño/Xokleng (Jê Meridionais), destacando suas visões sobre as conexões entre humanos e a natureza. Complementamos o conteúdo visual com um vídeo no qual representantes indígenas discutem questões contemporâneas, como catástrofes ambientais e suas reivindicações por direitos e território. Também exibimos um mapa da cidade de Pelotas, destacando a

implementação da Unidade de Conservação do Pontal da Barra como exemplo de proteção ambiental.

Conforme narram os nativos e corroboram os etnólogos, as formas indígenas de conceber o mundo e as relações entre seus distintos habitantes são, em essência, profundamente diferentes das ocidentais (DESCOLA, 2015; VIVEIROS DE CASTRO, 2014). Entre essas distinções, uma das mais fundamentais é a ausência de separação entre "Natureza" e "Cultura" nas perspectivas nativas.

Segundo os autores citados acima, nas sociedades humanas o mundo e seus integrantes são compreendidos a partir da concepção de que possuem uma "interioridade" (representada por conceitos como "mente", "alma", "espírito" e "cultura") e "exterioridade" (representada por termos como "corpo", "matéria" e "natureza"). Nas perspectivas "ocidentais", geralmente os humanos são considerados os únicos dotados de "humanidade", de "interioridade", seja esta "conquistada" pela "evolução" ou por bênçãos divinas. Em contraste, para os indígenas, tudo é "natureza", incluindo nós mesmos e muitas das nossas construções, assim como quase tudo é dotado de "interioridade", sobretudo os seres não-humanos. Dito de outra forma, a concepção de "humanidade", acompanhada de suas "potencialidades", como a "consciência", não é fixa nem restrita à espécie humana, sendo antes compartilhada com não-humanos, objetos e seres sobrenaturais.

Desse modo, muitas histórias e narrativas indígenas abordam ações e comportamentos que, sob uma perspectiva ocidental, seriam no mínimo incompreensíveis. Praticamente todos os povos indígenas narram, por exemplo, que animais, plantas, espíritos e/ou acidentes geográficos os ensinaram a caçar, pescar, se locomover, plantar e realizar rituais, entre outras atividades. Ainda, suas narrativas frequentemente mencionam como desenvolveram relações de afinidade e parentesco com esses "seres", passando a tratá-los como parentes e pessoas, pois, para eles, realmente o são. Por outro lado, para muitos indígenas, atear fogo intencionalmente a uma floresta, um ato infelizmente frequente entre os ocidentais, é uma ação incompreensível que não faz parte do repertório comum de comportamentos passíveis de se direcionar a uma mãe, irmão, amigo ou mesmo, em muitos casos, a um inimigo.

Diante dessas perspectivas e dessa filosofia de ascendência milenar, nossa exposição revela que as trajetórias indígenas, ao contrário das ocidentais, resultaram em legados ainda persistentes, especialmente no que diz respeito ao enriquecimento do que os ocidentais chamam de "meio ambiente".

Dito isso, um dos maiores desafios enfrentados pela exposição pode ser resumido na seguinte pergunta: como comunicar de maneira eficiente um tema tão complexo e específico a um público tão diverso, considerando ainda a limitação de espaço físico e recursos? Parafraseando FREIRE (2001) é na relação com o Outro que o ser humano constrói, aprende e se aprofunda na existência.

Nossos recursos visuais e os artefatos expostos subsidiaram e enriqueceram a mediação, que assumiu um papel central em nossas ações. Assim, os conhecimentos comunicados foram adaptados ao público, tornando cada mediação única e específica para os visitantes presentes. Através das mediações, nos esforçamos para registrar padrões de interesse e estratégias efetivas para atender o público.

A ênfase na relação entre as populações indígenas e os animais, por exemplo, mostrou-se particularmente eficaz nas mediações com crianças e alunos da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Já alunos do

ensino médio e pessoas adultas demonstraram particular interesse nas características, datações, usos e processos de fabricação dos artefatos, especialmente aqueles que possuem forte valor simbólico para as populações indígenas. A partir da observação das características e interesses manifestados pelo público, assim como da escuta dos comentários e vivências que eles compartilharam, os mediadores, em seu próprio processo de aprendizagem, foram "conduzidos" a eleger as melhores formas de comunicar os conhecimentos, assim como, quando necessário, quais privilegiar, aprofundar ou sintetizar.

Desde a inauguração da exposição, realizamos diariamente a análise das informações coletadas por meio dos formulários e conversamos com os mediadores a respeito das suas experiências.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exposição busca desconstruir narrativas coloniais e valorizar as vozes e histórias dos povos indígenas, revelando a riqueza das experiências indígenas no Sul do Brasil, suas visões de mundo e os desafios contemporâneos.

Adaptamos nossas mediações ao público diverso através da observação direta e da coleta de feedback, utilizada para aprimorar continuamente nossas abordagens. Todavia, a predominância de visitantes brancos (87,5%) e a quase ausência de turmas de escolas públicas sinaliza a urgência de promover ações voltadas à inclusão nas instituições.

Nossos dados revelam a urgência dismantelar as inverdades colonialistas e valorizar os saberes indígenas. Neste sentido, nossa exposição não apenas oferece atualizações históricas e arqueológicas, mas soluções ancestrais para as crises atuais, reafirmando a necessidade de uma educação inclusiva e crítica.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DESCOLA, P. Além de natureza e cultura. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 3, n. 1, p. 7-7, 2015.
- FERREIRA, L. M.; RIBEIRO, D. L.; SALLÉS, J. M. Arqueologia, educação e museus: uma proposta para estágios em história. 2015.
- FUNARI, P. P. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2010, 125p.
- FUNARI, P. P. A; FUNARI, R. S. "Educação patrimonial: teoria e prática". In: SOARES, A. L. R.; KLAMT, S. C.(orgs.). **Educação Patrimonial: teoria e prática**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007, p. 11-21.
- FREIRE, J. R. B. Museus Indígenas, Museus Etnográficos e a Representação dos Índios no Imaginário Nacional: o que o museu tem a ver com educação. **Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate**. São Paulo: Secretaria da Cultura de São Paulo, p. 33-38, 2016.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. **Estudos avançados**, v. 15, p. 259-268, 2001.
- LANDER, E. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. **A inconstância da alma selvagem**. Editora Cosac Naify, 2014.